

Por Luiz Cláudio Dias Reis

AGN

Em sintonia com

Uma das primeiras agências de fomento a serem criadas no Brasil, a AGN, que começou a operar em abril de 2000, tem, desde o início deste ano, novo presidente. Trata-se do engenheiro João Augusto da Cunha Melo, que nos relata, nesta entrevista exclusiva, como a AGN trabalha para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

Rumos – O senhor acaba de assumir a AGN. Quais as linhas mestras da sua gestão?
 João Augusto – A missão institucional da AGN é o nosso corolário. Para tanto, estamos trabalhando para aumentar o capital social da agência e também ampliar as nossas parcerias, com o intuito de melhor atender à crescente demanda resultante de uma economia aquecida. Vamos dar mais efetividade às ações planejadas pela AGN, aproximando-a cada vez mais dos empreendedores financiados. É preciso elevar a sintonia da nossa atuação com as reais necessidades da economia regional e dos agentes econômicos dos mais diversos segmentos, com prioridade para os micro e pequenos empreendedores.

Outra vertente que se constitui em linha mestra de nossa gestão é o apoio integrado para o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Estamos desenvolvendo estudos para melhor entender o *modus operandi* desses arranjos, de forma a dar uma contribuição mais efetiva para o seu aperfeiçoamento.

Destaco também como ponto forte da nossa gestão a atuação da AGN como facilitadora do processo de atração de capitais externos para investimentos diretos na implantação de novos empreendimentos no estado do Rio Grande do Norte, que se destaca pela abundância de recursos naturais. É com essa aspiração que a AGN mantém a Central do Investidor, que funciona articulada com as políticas do governo do estado, por meio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (Sedec).

Rumos – Como está estruturado o conjunto de linhas e programas da AGN, e qual a origem dos recursos para administrá-los?

João Augusto – Atualmente, operamos, na modalidade repasse, linhas do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE) e estamos mantendo entendimentos para vir a operar *funding* do BNDES. Com recursos próprios, a AGN amplia o seu espectro de atuação, com linhas de crédito diversificadas e direcionadas para micro e pequenos empreendedores. No campo da inclusão econômico-social, a AGN deverá ter uma participação relevante em parcerias em programas como o “Mão Amiga” (no âmbito estadual) e o “Brasil sem Miséria” (federal). Também estão em fase de gestação programas de financiamento ao setor público.

Rumos – De que forma a AGN tem contribuído para estimular a modernização das estruturas econômicas e sociais do Rio Grande do Norte?

João Augusto – Os desafios são muitos e de toda ordem. De um lado, atuamos através da Central do Investidor, parceria da AGN com a Sedec, que tem trabalhado para atrair investimentos diretos para o Rio Grande do Norte, promovendo suas vocações e potencialidades. Nesse processo temos procurado modernizar as relações de forma a ajustar-se às exigências de um mercado mais sofisticado, complexo e competitivo. De outro lado, comprometidos com a função social do crédito, procuramos apoiar o desenvolvimento de pequenos negócios geradores de emprego e renda nas camadas sociais mais necessitadas, sem deixar de atuar de maneira significativa numa faixa intermediária.

Rumos – Como funciona o programa de apoio ao Desenvolvimento Industrial (Proadi), gerido pela AGN?

João Augusto – O Proadi, criado pela Lei nº 5.397, de outu-

o empreendedor



Noel Joaquim Faiaid

O diretor-presidente da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S/A (AGN), João Augusto da Cunha Melo, é natural de Natal, onde formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Antes de assumir a AGN, Melo ocupou outros cargos públicos. Foi diretor-presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte (ARSEP), de dezembro de 2004 a dezembro de 2005; diretor-presidente da Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte (COHAB-RN), órgão habilitado a operar o Sistema Financeiro da Habitação, junto à Caixa Econômica Federal (de março de 1991 a abril de 1994), tendo ocupado, também na COHAB-RN, a função de diretor técnico, de fevereiro de 1986 a março de 1987. Entre março de 1983 e dezembro de 1985, esteve à frente da Secretaria Municipal de Obras e Viação do Município de Natal. Na mesma Secretaria, foi diretor do Departamento de Obras, de junho de 1979 a março de 1983. No Centro de Educação Técnica do Nordeste (Cetene) – órgão ligado ao Ministério da Educação – Melo teve dois cargos: coordenador de Operações (de 1973 a 1975) e diretor adjunto (de 1975 a 1976). Constam de seu currículo diversas e importantes obras, pelas quais assinou como engenheiro responsável, tais como: a Reitoria da UFRN; o Pavilhão de Administração Didática do Centro de Tecnologia da UFRN; e a ponte em concreto armado sobre o rio Potengi, no município de São Gonçalo do Amarante (RN), para o DER/RN.

bro de 1985, é um programa instituído pelo governo estadual que oferece incentivos econômicos às empresas industriais que pretendam instalar-se no estado, seja na realização de novos investimentos, na ampliação das unidades já existentes, ou ainda como estímulo à reativação de empresas paralisadas. Concede incentivo econômico através de financiamento, equivalente a até 75% do valor do ICMS, dependendo de sua localização, limitado a 10% do faturamento da empresa.

Sobre o benefício, incidem juros simples de 3% ao ano, calculados sobre o saldo devedor atualizado monetariamente, devendo a empresa pagar o benefício recebido com até três anos de carência, com até 99% de desconto, dependendo do mérito do projeto. O prazo para a concessão do benefício é de até 10 anos, e permite-se a prorrogação por até mais 10 anos, obrigando-se a beneficiária a se manter ativa por período igual ao que recebeu os incentivos.

A AGN passou a ser o órgão executor do Proadi a partir de dezembro de 2002, e desde então já foram concedidos 7.874 financiamentos, totalizando R\$ 1.065.764.429,15. Estima-se que para 2011 sejam concedidos 1.057 financiamentos, correspondentes a R\$ 179.913.289,59. No momento, existem 119 empresas beneficiadas pelo citado programa, geradoras de 39.890 empregos diretos.

Rumos – E o Cartão AGN, a que público ele se destina?

João Augusto – O Cartão AGN foi criado com três objetivos: beneficiar os servidores do estado, possibilitando uma antecipação salarial sem ônus; incentivar o comércio no estado do Rio Grande do Norte; e criar uma estrutura de alta capilaridade que pudesse vir a ser utilizada como apoio logístico ao microcrédito e viabilizar novos produtos financeiros. Quanto a esse último aspecto, a AGN vem estudando a utilização da estrutura do Cartão AGN, nos programas de compras governamentais, nos controles de frota de veículos do governo do estado e outros.

Rumos – Quais os números da AGN? Funcionários, patrimônio líquido, projetos financiados, recursos financiados, inadimplência, municípios atingidos?

João Augusto – Somos 48 servidores, todos treinados e habilitados para o exercício das nossas funções. Desde a criação, a AGN já financiou R\$ 90 milhões em 28,4 mil operações, realizadas em 51 municípios. Atualmente, a carteira ati-

va de fomento é de R\$ 10,27 milhões, distribuídos em 276 projetos voltados para micro e pequenas empresas. O Patrimônio Líquido da agência é de R\$ 21,8 milhões e a inadimplência é de 4,74%.

Rumos – Com 11 anos de atuação, a AGN já é reconhecida pela sociedade como uma instituição importante para o desenvolvimento potiguar?

João Augusto – Sim, a agência já é reconhecida pela sociedade potiguar por sua importância na economia do Rio Grande do Norte, haja vista os números de operações de financiamentos já concedidos e de ocupações geradas nos projetos financiados. Há, ainda, o compromisso do acionista majoritário - o governo do Estado -, assumido pela governadora Rosalba Ciarlini, de que a AGN deverá crescer em função da existência de um enorme potencial de desenvolvimento econômico e pela vontade política de conduzir ações de forte impacto na ocupação e na renda da população, de preencher lacunas de mercado e de agentes financeiros, de oferecer uma real oportunidade de concretizar distintos projetos viáveis, promotores de renda, emprego e cidadania, de dinamizar a economia estadual, de elevar a qualidade de vida das

famílias. Temos certeza de que o Programa “Mão Amiga” materializará estes objetivos, aumentando ainda mais o reconhecimento da AGN.

Rumos – A AGN conta com algum tipo de parceria, no RN, para executar suas atividades no estado?

João Augusto – Sim. Diversas são as parcerias que a AGN utiliza para executar suas atividades: o governo do estado, principalmente na prestação de serviço de gestão financeira de fundos e ativos de sua propriedade; o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), no repasse de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para micro e pequenas empresas; o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), na seleção, treinamento e/ou capacitação técnica dos tomadores de crédito, com vista à melhoria da *performance* do empreendimento e o Fundo de Aval da Micro e Pequena Empresa (Fampe), na complementação das garantias a pequenos empreendedores; a Sedec, a qual a

É preciso elevar a sintonia da nossa atuação com as reais necessidades da economia regional e dos agentes econômicos dos mais diversos segmentos, com prioridade para os micro e pequenos empreendedores.

AGN está vinculada, na coordenação das políticas de desenvolvimento econômico do estado; a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (Fapern), no apoio à seleção de propostas de microempresas e empresas de pequeno porte interessadas nos programas de subvenção econômica para pesquisa e desenvolvimento de processos e/ou produtos inovadores (PD&I/Modalidade PAPPE Integração-INOVA-RN); e os Programas Federais de Apoio a Microempreendedor Individual (MEI). Além disso, estamos aguardando para o final deste ano uma parceria auspiciosa com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), visando incrementar os repasses a diversos setores produtivos, em especial ao segmento das micro e pequenas empresas.

Rumos – A propósito, que papel desempenham as micro e pequenas empresas para o desenvolvimento da economia do RN?

João Augusto – A exemplo de todo o Brasil, mais de 95% do total das empresas de nosso estado é constituída de micro e pequenas empresas, logo, elas têm fundamental importância para o desenvolvimento da economia estadual. Por conseguinte, seu dinamismo é de vital transcendência e fomentá-las é objetivo prioritário da AGN.

Rumos – Que importância o senhor confere à ABDE, a entidade que congrega e representa o Sistema Nacional de Fomento, integrado pelos bancos de desenvolvimento e pelas agências de fomento do país?

João Augusto – A ABDE reveste-se de grande importância em face dos esforços que desenvolve em prol da congregação, representação, capacitação e fortalecimento das instituições que lhe são associadas, sempre com vistas ao desenvolvimento socioeconômico do país, sobretudo das regiões menos assistidas financeiramente. Quero destacar, de modo especial, a eficiência demonstrada pela ABDE na condução de duas reuniões ocorridas no Nordeste: a primeira em Recife, com as agências de fomento da região; e a segunda em Fortaleza, com o Conselho dos Secretários de Planejamento dos Estados do Nordeste (Conseplan-NE), ambas realizadas no início de setembro deste ano.

Rumos – Quais os resultados decorrentes dessas reuniões?

João Augusto – A segunda reunião, em especial, teve a participação do professor Luciano Coutinho, presidente do BNDES, com quem discutimos a ampliação da presença do banco no Nordeste. Com o apoio essencial da ABDE, as agências de fomento da região apresentaram a ele, na forma de carta, cinco sugestões que, se atendidas, melhorarão sobremaneira o nosso relacionamento com o BNDES, ao tempo em que criarão melhores condições para o cumprimento de nossa missão enquanto agências de fomento, fazendo-nos sentir parceiros.

As sugestões foram as seguintes: adoção de uma política de relacionamento diferenciada no que se refere aos critérios de análise e estabelecimento de limites operacionais; estabelecimento de programas prioritários para os estados, a serem operacionalizados pelas agências, com enquadramento extralimite; realização de estudos com vistas à capitalização das agências via financiamento ou participação acionária; apoio a um programa permanente de capacitação técnica do quadro de pessoal das agências; e criação de uma unidade administrativa específica, no BNDES, para gestão do relacionamento com as agências de fomento e os bancos de desenvolvimento.

O presidente Luciano Coutinho comentou cada uma delas acenando positivamente para todas, o que nos deixou otimistas quanto ao atendimento. Sabemos que quaisquer mudanças dessa ordem demandam estudos, o que nos faz entender que ainda é cedo para termos resultados práticos. Mas as sementes

são de boa qualidade e foram plantadas em terreno fértil e em momento oportuno. Temos todas as razões para acreditar numa boa colheita.

Rumos – Da forma como está constituído, o Sistema Nacional de Fomento é capaz de promover o desenvolvimento sustentável do país?

João Augusto – Existe uma demanda potencial de negócios absolutamente reprimida, e eu entendo que o Sistema Nacional de Fomento, da forma como está constituído, pode dar agilidade e expressividade ao desenvolvimento sustentável do país. Fundamentalmente, porque as agências de fomento têm uma notável capilaridade que não pode nem deve ser descartada. Todavia, é preciso que o governo federal e os governos estaduais e municipais vejam isso com muita nitidez e façam uso desse potencial. É precípua notar que existe uma estrutura operacional pronta, especializada, eficiente, econômica e disponível para viabilizar os programas e projetos de interesse dos governos. ■

Comprometida com a função social do crédito, a AGN apoia o desenvolvimento de pequenos negócios geradores de emprego e renda nas camadas sociais mais necessitadas, sem deixar de atuar também numa faixa intermediária.